

A Educação Patrimonial como um instrumento de preservação e democratização da Memória e do Patrimônio nos museus

*André Luís Ramos Soares**, *Cristiéle Santos de Souza***,

*Lisliane Cardôzo****, *Tales Henrique Albarello*****

Resumo

Este artigo busca discutir o papel da educação patrimonial para a conservação e democratização da memória e do patrimônio, bem como a importância política destas ações nos museus. Sendo um artigo teórico, buscamos apresentar sucintamente como a memória e sua preservação tem aspectos sociais e políticos, no que tange a sua conservação, destruição ou esquecimento. Ainda, colocamos nosso entendimento sobre educação patrimonial, ultrapassando a valorização de bens culturais – da elite ou não- para o resgate das memórias e bens individuais, tendo por objetivo o resgate da historicidade e da auto-estima das pessoas e das comunidades envolvidas. Neste sentido, há necessidade de rever a função do museu tradicional para um papel fundamental de construção de cidadania e identidades culturais.

Palavras-chave: educação patrimonial, patrimônio, memória, museu.

Abrindo os pontos : a memória como princípio da História

“Neste caminho árduo e dialético, oscilamos entre vontades de lembrar e esquecer, comemorar e calar, mostrar e esconder; isto por que revisitar o passado nem sempre é uma ação agradável...” GARBINATTO, 2000, p. 40.

Toda sociedade, ao longo de sua história, cria para si um conjunto de idéias, hábitos, valores, saberes, crenças e símbolos, por meio dos quais constrói sua identidade. Essa identidade se faz pouco a pouco, com base na experiência vivida e rememorada. Nesse sentido, a memória, enquanto processo de construção social, desempenha um papel fundamental não apenas para a formação da identidade do grupo, como para a integração social do indivíduo, uma vez que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo que busca de coesão.

Entretanto, não podemos entender a memória, seja em sua dimensão coletiva ou individual, como um conjunto homogêneo e coerente de representação do passado, uma vez que a memorização não é independente de processos emocionais. A memória está sujeita a diversos fatores que a torna passível de sofrer influências com as particularidades, concepções e interpretações de quem a guarda.

As lembranças são, muitas vezes, repletas de uma carga emocional que as acompanha, em cuja origem também está implicada a cultura. Dessa forma, toda a memória pode ser compreendida como coletiva, mesmo que o ato de recordar seja individual, já que, na base da formação da memória encontra-se a negociação entre as lembranças do sujeito e as lembranças e valores culturais do grupo a qual pertence.

Segundo Halbwachs:

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente

desses para aquele, e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e construída (HALBWACHS 1990, p.34).

Há também recordações de coisas ou momentos que não foram presenciados pelo sujeito e que lhes são transmitidas pelo seu grupo de convivência, os chamados “vividos por tabela” (POLLAK 1992: p.2). Segundo Pollak (1992: p.2), essas recordações herdadas assumem tamanha importância no imaginário do sujeito que em um certo ponto esse já não é capaz de afirmar com certeza se presenciou ou não certo acontecimento recordado.

A memória herdada, enquanto fenômeno construído socialmente, é parte constituinte da identidade de um indivíduo ou grupo. Nessa categoria de memória encontram-se as tradições, os rituais, as superstições os saberes, enfim o patrimônio imaterial desse sujeito e, por conseguinte de seu grupo. Nas sociedades em que a transmissão do conhecimento e da história do grupo se dá apenas através da oralidade, a memória herdada assume uma importância ainda maior. Ela é tida como mantenedora da identidade de tal sociedade, condicionando a continuidade dos valores e a sobrevivência dos integrantes, enquanto grupo social.

As mudanças que ocorrem nessas manifestações culturais ao longo do tempo e em diferentes lugares, nada mais são do que adaptações dessa memória à realidades atuais. Esse constante processo de mudanças e continuidades caracteriza o que se considera uma cultura local. Dessa forma a cultura, assim como a memória está em constante processo de criação.

A cultura e a memória de um grupo não se mantêm apenas no plano intangível da memória. Mas também, em tudo o que esse grupo construiu em bens tangíveis ao longo do tempo. Através da memória cria-se um vínculo de pertencimento entre a sociedade e a cultura material. A memória acaba açambarcando para si os bens materiais que a compõem, ao menos no imaginário dos integrantes

de tal sociedade, o que faz com que ela reconheça esses bens como seu patrimônio. Halbwachs afirma ainda que,

Não há memória coletiva que se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento, é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p.143)

Assim como a memória as manifestações culturais, anteriormente abordadas, também estão em constante processo de mudança. Neste contexto, o patrimônio material é, em certa medida, menos suscetível a mudanças que alterem sua forma. No entanto, a carga ideológica e emocional que embasou sua construção está tão suscetível a re-interpretações quanto qualquer outra forma de lembrança.

A Memória Oficial e o aprofundamento das fronteiras sócio-culturais

O sentimento de nacionalismo que marcou o século XIX (exaltação do Estado, busca de uma identidade nacional, disputas entre nações no âmbito econômico e que se estenderam a outros setores da sociedade), estabeleceu uma nova categoria de memória, a Memória Oficial, que deveria ser um elemento de coesão social e perpetuador da identidade nacional. Contudo, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória oficial, fundamentou e reforçou sentimentos de pertencimento e fronteiras sócio-culturais, criando um abismo entre os representantes de uma memória oficial e aqueles que tiveram sua memória

marginalizada. Isso se dá em virtude da impossibilidade de se forjar uma memória, mesmo que baseada em heranças e acontecimentos reais, que consiga englobar de maneira satisfatória todos os indivíduos integrantes de um grupo social em busca de identidade.

As relações de poder que envolvem a construção de uma memória coletiva demonstram que essa construção pode se dar através do domínio exercido por aqueles que detém o poder, como é o caso da ideologia do “Destino Manifesto” que, fundamentada em glórias e superações do passado fazia dos norteamericanos uma espécie de novo povo eleito, forjando uma identidade que os colocava culturalmente acima do restante do continente, ou ainda o caso da história do Japão que até a Segunda Guerra Mundial se resumia à história da família imperial.

Todavia, é preciso compreender que a memória coletiva, seja ela oficial ou marginalizada, não é imposta por meios coercivos. Isso, porém, não elimina seu caráter dominador. Ela é, no entanto, dada em virtude de uma adesão afetiva, ou seja, vínculos de pertencimento e reconhecimento.

O ato de dominação presente na construção de uma memória oficial está no fato de que aqueles que têm sua memória marginalizada passam a entendê-la como algo individual e não representativo, ou seja, não pertencente à visão de identidade que foi estabelecida e que será transmitida para as próximas gerações. Silenciam assim, sobre sua própria História.

No entanto,

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.5).

As formas de resistência a essa dominação são as mais diversas. Vão desde a criação de guetos culturais à conservação de costumes

no cotidiano, como o artesanato e as histórias de família. O curioso é ser de senso comum, ouvir os termos “tradição”, “tradicional” denotando conservadorismo, porém a tradição pode também ser uma arma de luta contra a imposição de uma cultura.

Pollak (1989, p.8-10) entende que a construção de uma memória oficial é obtida através de um processo que se utiliza do enquadramento da memória de uma determinada sociedade, onde o passado é constantemente reinterpretado em função dos combates do presente e do futuro. Nesse sentido, o enquadramento funciona como um jogo, em que a construção da imagem de um grupo depende da reconstrução de sua memória de acordo com os interesses do presente. Dessa forma, a memória coletiva é antes um reconstruir do que um reviver.

A produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, também é uma forma de enquadramento, onde os resultados podem ser vistos em monumentos, museus, bibliotecas, processos de tombamento, etc.

O enquadramento pelo qual passa a construção de uma memória oficial se dá através de relações de pertencimento forjadas por meio de uma adesão afetiva. Vejamos um exemplo: as pirâmides do Egito constituem um patrimônio da humanidade, mesmo que não tenhamos com elas, vínculos diretos de memória, estabelecemos uma relação afetiva em que reconhecemos seu valor histórico.

Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, freqüentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade (POLLAK, 1989, p.10).

O processo de enquadramento também pode ser visto nos chamados “lugares de memória”, os quais seriam os resultados de uma busca por uma identidade, em um contexto de memórias enfraquecidas, tempos lineares e principalmente homogeneização cultural, presente nas sociedades em processo de globalização. Dessa

forma, a memória possui uma eficiência que ultrapassa um mero resgate do passado, e acaba por servir como auxiliadora em um processo de legitimação na busca por unidade dentro de uma sociedade.

A memória e sua conservação, seja por meio de bens materiais ou imateriais, tornou-se um entrave na busca desenfreada por desenvolvimento empreendida pela sociedade contemporânea. Dessa forma, os lugares de memória, museus, monumentos, casas de cultura e memória e arquivos históricos, surgiram como uma alternativa ao esquecimento, fazendo com o progresso e o avanço tecnológico não impliquem em direcionar as forças apenas para a construção do futuro, se utilizando da manutenção da memória para que o desenvolvimento não suplante a história. Entretanto, a memória a ser conservada nesses lugares, passa também e principalmente, por um processo de enquadramento, já que esses lugares tem originalmente a função de abrigar a memória coletiva oficial.

Vejamos o caso dos museus: O museu tem originalmente a função de guardar e conservar o que é representativo para a memória coletiva. Cabe a comunidade eleger o que é ou não importante para a perpetuação de sua memória. A partir dessa premissa todas as partes integrantes dessa comunidade deveriam ter sua memória preservada em museus. Contudo, como foi dito anteriormente, a criação de uma memória oficial elegeu parte da memória coletiva como representativa, marginalizando as demais. Como resultado desse processo de dominação, o museu tornou-se um fiel representante da memória oficial, excluindo visivelmente e no seio da sociedade as memórias que não entrassem em consonância com essa memória oficial.

Posteriormente, as ações de resistência das memórias marginalizadas e o crescimento de pesquisas acerca da representação dessas, em monumentos, praças e museus, fez com que as relações de disputa e conflito entre memória oficial e memórias marginalizadas se fizessem presentes também nos museus. Dentro

dessa perspectiva, Chagas afirma que: “(...)os museus são lugares de memória e de esquecimento, assim como são lugares de poder, combate, de conflito, de litígio, de silêncio e de resistência, em certos casos podem até mesmo ser não lugares” (CHAGAS, 2005, p.20)

Em contrapartida ao discurso oficial crescem cada vez mais os estudos de História Oral, que em sua maioria, elegem como prioridade a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias. Isso se dá não só pelo crescimento vertiginoso do número de contestadores da memória oficial, mas também em virtude de uma busca por um novo método de pesquisa e resgate histórico de uma sociedade que pudesse oferecer um outro ângulo para a análise dos mesmos fatos e também inserir um novo tipo de fontes para a pesquisa histórica, pois: “A História Oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à memória oficial” (POLLAK, 1989, p.4).

As questões teóricas e metodológicas que envolvem o estudo da memória e da história oral giram em torno da subjetividade a qual todo ser humano está sujeito. A memória não se constitui apenas de acontecimentos, mas também de personagens, lugares, anseios, tabus, etc. Nesse sentido a história oral não pode ser vista apenas como fonte histórica capaz de reconstruir um fato e sim como um instrumento capaz de resgatar a essência do passado vivido.

A carga ideológica e emocional que envolve a memória é responsável por dar sentido ao reconhecimento e a conservação de bens tangíveis e intangíveis do passado, atribuindo-lhes uma parte na construção da identidade coletiva no presente. Dessa forma, o resgate da memória deve ser o ponto de partida das ações educativas que visam o reconhecimento e a apropriação do patrimônio por parte da sociedade.

A Educação Patrimonial como instrumento político para o resgate da cidadania

A Educação Patrimonial é uma metodologia que visa promover o aprendizado através de um “processo permanente e sistemático de trabalho centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento” (HORTA, 1999, p.6). Mas o que seria a cultura e o patrimônio?

Sobre o que seria cultura, existem várias definições. Todavia, para esse trabalho endossamos as palavras de Grunberg (2000, p. 95) defensora de que devemos usar “um conceito antropológico e definirmos **cultura** (grifo da autora) como: todas as ações e processos individuais ou coletivos de criação e recriação de formas de perceber, organizar e integrar o mundo que os homens fazem entre si e com o meio ambiente”.

Estas ações são aprendidas com as gerações passadas e se criam e recriam no cotidiano atual. Elas têm existência em certo tempo e espaço, sendo que as mesmas podem se perpetuar como também podem desaparecer, em função da perda decorrente da falta de utilidade desse bem cultural.

Já o termo patrimônio originou-se do vocabulário latino *pater* que nos lembra herança material, transferência de algum bem. A visão do senso comum liga esta palavra somente aos objetos materiais preservados, como antigos casarões ou igrejas, e/ou que tenham valor comercial, como é o caso de automóveis, casas e apartamentos. Segundo HORTA (2000, p.29) “a definição mais abrangente do termo “patrimônio” indica bens e valores materiais e imateriais, transmitidos por herança de geração a geração na trajetória de uma comunidade”.

Existem várias especificações sobre o que seria patrimônio. Uma maneira abrangente é citada por Haigert: “toda a modificação que uma sociedade faz na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou

ação que diz respeito a identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio” (HAIGERT, 1999, p. 460).

- No afã classificatório, poderíamos colocar, entre diversas maneiras, uma das possíveis divisões dos tipos de patrimônio:

- Patrimônio material: tudo que possui existência própria;
- Patrimônio ambiental: florestas, cachoeiras, árvores, flores, jardins;
- Patrimônio religioso: igrejas e procissões;
- Patrimônio edificado: casas, edifícios;
- Patrimônio arqueológico: vestígios materiais de culturas do passado;
- Patrimônio artístico: pinturas, esculturas, músicas, danças, etc.

Outras classificações poderiam ser a divisão em patrimônio material e imaterial, e outra ainda, dividir o patrimônio em cultural e natural. São simples formas de aglutinação para melhor compreensão.

A parte do conjunto de bens materiais, é interessante destacar os patrimônios imateriais, manifestações próprias de certos grupos ou culturas que não encontram expressão material, mas são significativos pela sua existência; festas, mitos, linguagens, saberes, que, embora não tenham expressão física, delimitam o espaço sócio-cultural-religioso de um grupo. Assim, são as romarias, as festas de santos, desfiles cívicos, ou as técnicas utilizadas para fazer alguma atividade, o chamado “saber-fazer”.

Até o final do século XVIII, raras eram as atitudes voltadas a preservação dos patrimônios, sendo que, quando ocorriam, eram por parte da aristocracia dominante e da Igreja, as duas voltadas para a preservação de seus bens. A preservação dos patrimônios propriamente dita remonta ao início do século XIX, quando temos o início de uma visão preservacionista, em função do surgimento de Estados-Nação que buscavam auto-afirmação através da sua História, buscando, com o auxílio dos patrimônios, constituírem a sua base cultural. Por parte do poder público, as primeiras medidas preservacionistas vão surgir durante a Revolução Francesa, tendo em vista que a população estava depredando os bens que representavam à derrocada da nobreza francesa.

É desta mesma revolução francesa que surge o pensamento de obrigatoriedade, por parte do Estado, de um projeto de preservação. Essa “idéia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos” (MACHADO, 2004, p.10).

A priori, a preservação dos patrimônios também ficou ligada às elites representadas no conhecimento histórico produzido. No Brasil, isso fica claro até os nossos dias, pois se observarmos os patrimônios preservados, os mesmos referem-se à elite econômica, intelectual e/ou religiosa, sendo isso evidenciado quando constatamos que a grande maioria dos bens tombados referem-se a classe dominante, como as casas coloniais, as igrejas barrocas e os prédios públicos.

Essa dominação das elites econômica e política do País é até hoje exercida, pois as mesmas manipulam, através, principalmente, do seu status político, qual bem cultural será preservado. Isso justifica o número de bens tombados pertencentes às elites frente a quantidade de bens registrados pertencentes a cultura afro-brasileira ou mesmo imigrante.

Ademais, a preservação também tem um forte cunho político e econômico. Em tempos neo-liberais, onde a educação é transformada em mercadoria, a denominação de “bens culturais” demonstra claramente a percepção econômica e de geração de lucro.

A Educação Patrimonial, tradução das palavras inglesas *heritage education* (CHAGAS, 2004, p.143), vai chegar ao Brasil no ano de 1983, quando, promovido pelo Museu Imperial do Rio de Janeiro, houve o 1º Seminário sobre Educação Patrimonial no Brasil. Este período é marcado pela redemocratização do país após a Ditadura Militar dos anos de 1964 à 1985.

Se considerarmos que as ações de conscientização sempre foram tarefa dos museus, assim como a pesquisa e a exposição, os museus realizam educação patrimonial desde o século XIX no país. No entanto, houve uma tentativa, conforme Chagas: “de fixação do marco zero da educação patrimonial no Brasil, como uma

metodologia de sabor inglês,[que] pretendeu, de modo consciente ou inconsciente, descartar as múltiplas experiências anteriores que se desenvolveram no campo da educação patrimonial". (CHAGAS, 2004, p.143)

O trabalho através da metodologia da Educação Patrimonial tem, entre os seus objetivos, a preservação das identidades culturais, ou seja, as particularidades de cada povo, de cada região do mundo. Principalmente, reconhece as múltiplas influências que uma identidade cultural sofre de outra, percebendo assim as semelhanças mas principalmente o que é diferente. Assim, é necessário que juntamente a essa noção de identidade, a qual construímos, defendermos que se precisa "resgatar no cotidiano, os elementos que constituem e fazem o ser e o agir, a cultura, os bens patrimoniais -naturais e sociais- deve ser uma das preocupações básicas da educação formal para a construção do sentido de cidadania" (ITAQUI, 1998, p.17).

A partir disso, se constituem as relações entre o passado e o presente, essas com o auxílio dos patrimônios. Sem esse trabalho, torna-se difícil estabelecer a relação entre o homem, sujeito, e o objeto transformado por ele. Com a construção dessa identidade, busca-se que as pessoas envolvidas passem a exercer com maior afinco a sua cidadania, e, por conseguinte, criem uma identidade cultural:

O entendimento e a prática da cidadania, no nosso entender, começa pelo conhecimento da realidade onde o indivíduo está inserido, a memória preservada, os dados do presente, o entendimento das transformações e a busca de um novo fazer, o que não significa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas o reconhecimento que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação da nossa identidade cultural (SANTOS, 1994, p.78).

Um dos vieses da metodologia da Educação Patrimonial é a procura em trabalhar com o patrimônio das classes marginalizadas da sociedade, tendo por objetivo "a conscientização das comunidades acerca da importância da criação, da valorização e da preservação dos patrimônios locais" (SOARES, 2003: 24).

Partindo dessa premissa, observamos o potencial da Educação Patrimonial como metodologia apropriada para não somente a “alfabetização cultural”, mas principalmente instrumento político de salvaguarda das distintas identidades, independente de importância histórica, monumentalidade, antiguidade, imponência ou relevância arquitetônica. Desta forma, os critérios de designação de patrimônio serão eleitos pelas comunidades interessadas, ao invés de atribuídos pelo Estado.

Como não pode deixar de ser, as ações de educação patrimonial devem ocorrer a partir de um elemento considerado cultural ou natural que identifique a localidade, comunidade ou região. Neste sentido, as principais atividades trabalham a partir do patrimônio material, ou seja, o objeto real [e cultural] como **fonte de informação** sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou. Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação de cultura popular, festiva ou religiosa, ou até mesmo em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico (HORTA, 1999, p. 9)

A Educação Patrimonial tem como principal proposta desvendar essas relações e conexões contidas nos objetos, informando sobre o cotidiano das pessoas que os produziram e utilizaram.

Como afirma Horta:

a Educação Patrimonial pode ser, como propõe Paulo Freire em seu método educacional, um instrumento-chave para a leitura do mundo e para a comunicação com o ‘Outro’, (...) pode assim ser visto ... como fator de desenvolvimento intelectual e psicológico, afetivo e cognitivo, ativando os processos mentais superiores e enriquecendo a memória individual e seus mecanismos de registro e recuperação (HORTA, 2000, p. 30).

Sendo assim, mais importante que um resgate paternalista ou ações isoladas de valorização de invenção de um patrimônio coletivo, a educação patrimonial pode (e deve) proporcionar a construção de uma ação cidadã de valorização do patrimônio do indivíduo, agente social e cultural, para depois favorecer a identidade coletiva. Neste sentido (da construção da memória e da identidade coletiva), é que o museu é elemento agregador- quando propicia a valorização da diferença, da diversidade e do coletivo; ou dissimulador – quando ameniza as desigualdades e busca mascarar as diferenças sócio-econômicas e os embates que surgem destas relações.

Que museu temos? Qual queremos?

O museu é um espaço que estabelece uma intermediação institucionalizada entre o indivíduo e os objetos. Essa definição é correta, entretanto, limitada. Para que entendamos a dimensão do que é um museu temos de compreender sua importância para o homem.

A instituição museológica é importante para o ontem, ao materializar o percurso do indivíduo, de uma comunidade ou corporação. Tem determinante importância para o hoje ao se configurar um alimentador da cultura em movimento constante e persistente renovação fazendo-o adquirir um caráter novo. É, principalmente, importante para o amanhã ao se constituir um recurso a ser gerido e explorado pelas próximas gerações para a promoção de espaços de arte, lazer, memória e, em especial, aprendizado e reflexão.

Essas casas de memória não apenas se mantiveram firmes como também passaram e, ainda passam, por uma etapa de restauração e de multiplicação. Os museus traçam, assim, uma longa trajetória na história da humanidade.

Atitudes de observar, selecionar, valorizar, expor e guardar são observadas desde o período pré-histórico (BRUNO, 2006, p.123). Contudo, a palavra museu origina-se na Grécia antiga. MOUSEION

denominava o templo de nove musas, ligadas a diferentes ramos das artes e das ciências, filhas de Zeus, o mais importante deus da mitologia grega, com a divindade da memória (Mnemosine). Assim, cria-se uma dualidade de valores onde, o lado materno representaria a memória e o lado paterno, o poder. É importante lembrar o papel que o museu desempenha neste contexto: filha de Deuses, guardiã do passado e da História.

A partir da Idade Média surge uma tendência colecionista. Além das coleções principescas, símbolos de hegemonia econômica e política, também proliferaram nesse período os Gabinetes de Curiosidades particulares, influenciados pelo Renascimento. Caracterizado pela decoração clássica antiga, o gabinete de curiosidades, era a manifestação da idéia européia de que o europeu era o ser mais civilizado, senão o centro do universo. As idéias em torno do surgimento do museu eram restritas porque a concepção de mundo era restrita, era uma elite cultural e esses eram os cidadãos e somente estes estavam representados.

Nos séculos XVII e XVIII acompanhando os progressos científicos se abandona a função exclusiva de saciar a curiosidade, voltando-se para a pesquisa e a ciência pragmática, ou seja, uma visão cientificista. Entretanto, é só no final do século XVIII que o acesso do público às coleções foi galgado, marcando o surgimento dos grandes museus nacionais.

Segundo Julião:

A aceção atual de museu surgiu precisamente na conjuntura da Revolução Francesa. Segundo Françoise Choay, a proteção ao patrimônio francês, com a montagem de um aparato jurídico e técnico, teve origem nas instâncias revolucionárias, que anteciparam, através de decretos e instruções, procedimentos de preservação desenvolvidos posteriormente no século XIX (JULIÃO, 2006, p.21).

Por conseguinte, com o forte e crescente nacionalismo da época se achava necessário a preservação do patrimônio nacional. Já no século XIX temos o surgimento da doutrina Positivista, e esta,

juntamente com o movimento Iluminista, tem seus reflexos nas concepções museológicas. Estes fazem do museu um espaço caracterizado pela exposição classificatória, descritiva e levam a um comportamento passivo do público, ou seja, salas compridas com muitas vitrines buscando apenas exibir as peças. E, desse período a museologia herdou uma tendência à classificação, a presença passiva do público e a um distanciamento do cidadão que não domina o código científico do museu, o que, atualmente, vem sendo contraposto. Com a visão Racionalista de ver o mundo, no museu temos o objeto inserido dentro de um contexto, o público começa a ter um comportamento mais ativo, porém, incipiente.

Entendemos que quem dá início aos processos de musealização são os grandes museus da Europa (Museu do Louvre, na França, Museu Britânico, na Inglaterra entre outros) que são direcionados para o público que os visita, dando novas faces ao que é o museu. Não obstante, “mais relevante é registrar que os processos museológicos sempre estiveram vinculados aos usos do poder e à necessidade de preservar os indicadores da memória (idem, p.125)”.

Em 1946, é criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), órgão não governamental que define, em 1972, “museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa e exhibe para finalidades do estudo, da educação e da apreciação, evidência material dos povos e seu ambiente”.

É nesse contexto, do século XIX, que temos a criação do Museu Real, atual Museu Nacional, pioneiro no Brasil, que tinha como acervo as doações de Dom João VI, seu idealizador. Mais tarde, no cenário brasileiro, temos:

os museus do Exército (1864), da Marinha (1868), o Paranaense (1876), do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894), destacando-se dois museus etnográficos: o Paraense Emílio Goeldi, constituído em 1866, por iniciativa de uma instituição privada, transferindo para o Estado em 1871 e reinaugurado em 1891, e o Paulista, conhecido como Museu do Ipiranga, surgido em 1894 (JULIÃO, 2006, p. 31).

Ocorre o surgimento das profissões museológicas, e iniciativas pioneiras de organização técnica. Temos de ter em mente que a musealidade no Brasil e as iniciativas de preservação se espelharam e apoiaram em instituições da Europa, pois, até então, nunca se teve representações da cultura das sociedades nativas, da cultura própria do Brasil. A questão do nacionalismo só seria expressa em 1922 com a criação do Museu Histórico Nacional. No entanto, o acervo representava segmentos da elite, idealizando pessoas como heróis da nação, ou seja, não se percebia as possibilidades educacionais do museu, nem que este poderia adotar um caráter reflexivo. Em 1937 é criado no Brasil o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que foi um marco e uma iniciativa que impulsionou essas casas de memória.

É somente a partir de 1980 que os grupos negros e indígenas passam a ser incorporados na mensagem expositiva do museu na iniciativa, no plano cultural, de buscar uma identidade nacional. Todavia, é só em 1988 que temos a participação efetiva dos diferentes grupos da sociedade nos processos de preservação e uma notável ampliação da idéia que se tinha de patrimônio, levando a diversificação destes.

Esse período foi de enorme disseminação nacional da cultura e das perspectivas da museologia. Já no final do século XX a museologia conquista um espaço maior. O museu abre, de fato, suas portas, incentivando o diálogo, mostrando a cada dia as potencialidades das instituições de memória que passam a ter uma função social e educativa como centros de informação e pesquisa, centros de lazer.

Surgem, então, debates em relação a questão do patrimônio cultural brasileiro, e, é claro, refluxos na museologia. Inicia-se um movimento de renovação na museologia. Toda essa mudança que ocorre na visão do que é o museu, ou seja, que não deve ser mais um espaço sem vida e sem dinâmica, é influência da chamada "Nova Museologia", existente desde 1960:

Esta vertente, entre outras coisas, passa a entender o museu como um instrumento provocador de mudanças com vistas ao desenvolvimento social, propondo que sua organização e suas atividades estejam baseadas nos problemas e demandas da sociedade, e não exclusivamente em suas coleções (AIDAR, 2002, p.53).

O museu deixa de ser um espaço passivo. É fundamental que ele, dentro das demandas da sociedade atual, carente de educação, tenha um caráter educativo. Porém, nem todo o campo museal enxerga, independente de sua tipologia, as possibilidades que ele pode exercer, bem como a ampla responsabilidade social ao se tornar parte das políticas culturais.

Hoje, cresce a aceitação das respostas diferenciadas à experiência museal, e o conceito de “público geral” esta sendo, de forma progressiva, substituído pelo conceito de que deve existir uma audiência diferenciada e, assim, de que cada público exige uma adaptação da mensagem expositiva a sua realidade.

Junto com a essa nova tendência denominada “Nova Museologia” emerge novas modalidades de instituições museológicas como o Ecomuseu, este “seria a reunião de elementos e de bens culturais inter-relacionados, dispostos de variadas maneiras, em diversos lugares apropriados à visitação e dentro do próprio “habitat” de uma determinada sociedade de modo que se possa apreender todo o seu processo evolutivo cultural” (LEMOS, 1987, p. 12).

Por conseguinte, não há como afirmarmos que a realidade de nossos museus se encaixa nas perspectivas da “Nova Museologia”, pois existe, na verdade, uma museologia, não nova, e sim, diferente, esforçada em educar e em democratizar. Entendemos que o museu   um “processo cujo objetivo   contribuir para a transforma o de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto presente quanto futuro” (VARINE, 2000, p.23).

Como, então, pode existir um modelo que abarque a pluralidade de nossos museus? Todo museu tem suas

particularidades, não podemos generalizar. Os museus tradicionais devem ser condenados por não se adequarem as exigências atuais? Devem ser excluídos? Nossa proposta é que, para atingir os distintos públicos, o museu deve saber incluir e se adaptar.

A nova museologia deve partir também do público visitante, ou seja, de dois tipos de usuário: a sociedade e o indivíduo. Em lugar de estar a serviço dos objetos, o museu deveria estar a serviço dos homens. “Em vez do museu ‘de alguma coisa’, o museu ‘para alguma coisa’: para a educação, a identificação, a confrontação, a conscientização, enfim, museu para uma comunidade, função dessa mesma comunidade” (MARTINS, 1999, p. 27).

Devemos atentar para o relacionamento dos visitantes com o museu. Assim:

A qualidade e a excelência do serviço dos museus e dos órgãos de patrimônio vai depender da capacitação, da competência, da eficiência e da eficácia operacional de seus gerentes e de todo o pessoal da instituição, em suas esferas específicas. E acima de tudo, vai depender da vontade e do comprometimento de cada um dos atores institucionais de aprimorar cada vez mais essas qualidades, visando o melhor serviço do público (HORTA, 2002, p. 43).

É necessário determinação e coragem para a mudança, motivação de todo o corpo de pessoal das instituições, que muitas vezes, e, em especial, em pequenas cidades, nem sequer conta com especialistas ou com técnicos da área. Somente com a boa vontade de pessoas que nunca leram um livro sobre museologia e que chamam os lugares que administram de museu.

Assim, compreendemos que a Educação Patrimonial trabalhando em conjunto com a museologia pode render bons resultados em promover a memória, sendo que a metodologia da primeira vai ao encontro do que se deseja em termos museológicos.

A Educação Patrimonial vê que o patrimônio deve dar identidade a uma comunidade, assim, é impossível que o museu quando é somente de um grupo de pessoas, de uma elite, possa

levar todos os visitantes a um sentimento de pertença. Acreditamos que o conceito do que é museu deva mudar, não para o senso comum, mas para um espaço dinâmico onde não seja mais associado a um espaço de “coisas velhas”, dos cartazes de “não toque”, ou de objetos sacralizados por terem pertencido a algum “herói”. Em suma, deve evitar o distanciamento.

Acreditamos que a exposição deva ultrapassar o cartesianismo das ciências exatas, pois nada é exato e tudo é relativo dentro do museu. É ideal, contudo, que o museu tenha uma mensagem não só expositiva, mas reflexiva, baseada nos erros e acertos, para o visitante e o visitado. Neste sentido, o curador tem de refletir sobre todo o processo, estar disposto a ouvir outros profissionais, outras experiências, para o crescimento de toda a disciplina museológica.

Ainda encontramos no Estado do Rio Grande do Sul lugares com objetos somente expostos, sem se tornarem geradores de conhecimento e sem interação com os visitantes. É por isso que, muitas vezes, estes remanescentes dos “gabinete de curiosidades”, equivocadamente, leva o nome de Museu. Através da Educação Patrimonial, propomos transformar essa realidade, e fazer com que os indivíduos envolvidos, além de elaborarem conhecimento, despertem a afetividade pelo patrimônio representado no objeto e, de quebra, apreciem a exposição.

A educação patrimonial e a museologia compreendem que é mister que haja a preservação, conscientes de que, como afirma Lemos:

preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares (LEMOS, 1987, p. 29).

Não obstante, “é necessário fazer a análise crítica das escolhas do que é preservado” (SOARES, 2003, p.98), pois é importante que o museu se configure como um espaço de multiplicação de valores,

de troca de idéias e debate sobre o que já passou, o que se passa e o que virá, como um espaço de comprometimento: comprometido em educar, em acrescentar, em incluir.

Sobre incluir sabemos que um dos objetivos da educação patrimonial é o de romper com práticas segregacionistas, sendo que:

a inclusão social é um sinônimo para a participação social, o que esse paradigma propõe não é o desenvolvimento de políticas assistencialistas, mas o desenvolvimento de políticas participativas, as quais os excluídos sejam agentes nos processos que buscam a sua inclusão, pois a participação é nela mesma uma forma de integração (AIDAR, 2002, p.56).

Os museus devem identificar diferentes barreiras que acabam por excluir indivíduos ou grupos da frequência ao museu e, posteriormente, desenvolver estratégias que superem essas barreiras, trazendo, dessa maneira, para o museu, públicos tradicionalmente não visitantes. E aqui cabe ressaltar que não estamos falando apenas de portadores de necessidades especiais, mas todo público analfabeto, que, incapaz de ler legendas, não 'decodifica' os símbolos da linguagem escrita e dos objetos.

Sabemos que é premissa básica das instituições museológicas realizarem ações voltadas para a preservação, investigação e a comunicação. O que se entende por preservar não é somente proteger a peças de danos materiais, mas inclui a coleta, aquisição, acondicionamento e conservação.

Enquanto a investigação tem o papel de ampliar as possibilidades de comunicação dos bens culturais, o museu, enquanto instituição pesquisadora, produz conhecimentos. Ela assegura uma visão crítica sobre determinados contextos e realidades dos quais o objeto é testemunha. A mesma investigação impede que o objeto fique descontextualizado, se bem administrada.

Atividade de *pesquisa* tem como objetivo a construção do conhecimento, tomando como referencial o cotidiano, qualificado como patrimônio cultural, ou seja, observação, análise e interpretação da realidade, qualificada como

patrimônio cultural. Esse conhecimento é construído na ação museal e para a ação museal, em interação com os diversos grupos envolvidos. Não se trata, da pesquisa que se esgota na mera descrição e análise dos objetos. A pesquisa alimenta todas as ações museológicas, em processo (SANTOS, 2002, p.312).

Quando o museu prioriza a missão de comunicar, vemos os investimentos em exposições, publicações, projetos educativos e culturais. De nada adiantaria a preservação do objeto investigado caso as pessoas não tivessem acesso a essas informações.

Os museus não devem privilegiar um ou outro campo de ação. A comunicação deve ser reflexo de um equilíbrio pautado no bom senso. Essas três funções museológicas servem de alicerce para uma interação efetiva entre o objeto e o visitante.

Não basta o museu guardar sua coleção, como se fosse algo particular. Não há mais a possibilidade de um museu pensar em neutralidade ideológica. Se o papel do museu fosse só o do preservar estes seriam meros depósitos, como um almoxarifado (muito embora ainda percebemos locais assim..).

É fundamental a implementação de um programa de pesquisa institucional permanente. É a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a área da documentação, delineando e aproximando a relação do homem com o objeto documentado, o patrimônio cultural, a memória, a preservação e a comunicação.

Assim, compreendemos que o papel dessas casas (museus) não é apenas o de guarda, e que, portanto, elas podem trabalhar a favor da democratização da produção de novos conjuntos de bens culturais, de novos saberes e de novas memórias até então não cogitadas (CHAGAS, 2002, p.16).

O museu deve adequar sua linguagem a seu público, afim de que o visitante consiga apreciar a exposição à vontade. É importante que se note o quanto de informações está nas etiquetas explicativas, por que em demasiada quantidade o usuário vai ser obrigado a passar mais tempo lendo do que propriamente exercitando o olhar, o sentir, o "ver além". Deve-se fazer esforço para ter algum tipo de

interatividade: não é preciso que se faça uso de recursos tecnológicos, o importante é ter criatividade e saber estar na posição de visitante. A instituição museológica deve dialogar com o público.

As pessoas querem emoção, desejam sair de suas casas para terem entretenimento: neste sentido, o museu deve propiciar o estímulo dos sentidos e dos sentimentos, propiciando novas experiências. Não a inércia dos objetos, mas a vivacidade que há por trás deles. Querem ver ali sua vida ou da comunidade que estão inseridas. De alguma forma, buscam a identificação ou reconhecer outras formas de vidas já vividas.

Compreendemos que “há, na realidade, uma Museologia existente, real, que está aí fora, e há uma postulada, sonhadora, desejada” (GUARNIERI, 1990, p.07-12). Lutemos, coloquemos a nossa gota de suor, ou a de sangue como prefere Chagas, em cada museu, pois o sonho que é compartilhado, o sonho que é idealizado confundir-se com o real, aos poucos deixa de ser uma um quimera, uma utopia. O pequeno pode se tornar o grande, o esforço, recompensado, um gesto, uma consciência, fazer a diferença.

Considerações Finais

Pouco podemos acrescentar depois do que foi apresentado. Através deste artigo propomos que existe um papel fundamental dos museus da preservação, construção, conservação e invenção da memória e do patrimônio. Cabe a educação patrimonial realizar a ligação entre o museu e o público, de forma que seja revisto não somente a função do museu, mas a forma como ele atinge seus objetivos.

A educação patrimonial toma para si, então, o papel de catalisador para a construção da cidadania, mas não em uma forma do Estado-nação, mas antes e sobretudo pela valorização da memória individual, coletiva, grupal e social que é construída sem tombamentos oficiais ou reconhecimentos acadêmicos. Neste sentido, seu papel político é muito maior, a medida em que possibilita

e estimula a criação de uma identidade que independe do poder público para sua manifestação e perpetuação.

Para finalizar, propomos que o museu pode – e deve- participar deste esforço de resgate da auto-estima dos seus públicos. Se por um lado durante a ditadura militar houve uma proliferação de museus de heróis e de façanhas, o órgão competente tratou de reforçar, através dos tombamentos e reconhecimentos, os prédios históricos que confirmavam a “invenção” da memória nacional. Passado este momento, podemos resgatar a importância não somente das minorias ou dos excluídos, mas de toda a população que deseja ser partícipe do projeto de construção de seu passado, sua história e sua memória.

Notas

* Coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP-UFSM). Professor do Dep. História, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Licenciado em História, Mestre em Arqueologia (PUCRS-1996) e doutor em Arqueologia (MAE-USP/ 2005).

** É Acadêmica do Curso de História da UFSM (7º período), estagiária do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP/UFSM). É pesquisadora nas áreas de memória e patrimônio.

*** É Acadêmica do Curso de História da UFSM (3º período), estagiária do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP/UFSM). É pesquisadora nas áreas de museologia e patrimônio, apresentando comunicação oral, em eventos referentes ao tema.

**** É Acadêmico do Curso de História da UFSM (3º período), estagiário do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP/UFSM). É pesquisador nas áreas de museologia e patrimônio, apresentando comunicação oral, em eventos referentes ao tema.

Referências

AIDAR, Gabriela. Museus e Inclusão Social. In. *Ciências & Letras*. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 53-62

BRUNO, Cristina. Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In. *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, 2006. p.119-140.

CHAGAS, Mário. **Cultura, patrimônio e memória**. In. Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras n° 31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 15-29.

CHAGAS, Mário. **Museus: Antropologia da Memória e do Patrimônio**. IN Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n 31, Ministério da Cultura, Brasília, 2005. p. 20.

GRUNBERG, Evelina. **Educação Patrimonial – Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais**. In: Museologia social. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal de Cultura, 2000. p. 95-110

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Conceito de cultura e sua inter-relação como o patrimônio cultural e preservação**. In. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro, n.3, 1990, p.7-12.

HAIGERT, Cynthia Gindri; POSSEL, Vanessa Rodrigues; SOARES, André Luis R. **Educação Patrimonial: História como uma forma de Preservação**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, 4., 1999, Ijuí. Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999. p. 459-466

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: vértice, 1990. (original publicado em 1950). p. 34- 143

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Fundamentos da educação patrimonial**. In. Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras n° 27, jan/jun 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 25-35

_____. **A gestão dos museus e do patrimônio**. In. Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras n° 31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 33-52.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.p.6 - 9.

ITAQUI, José. **Educação Patrimonial: a Experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.p.17

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a História do Museu**. In Caderno de diretrizes museológicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição. p. 21-31

LE MOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.29.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial: Orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.p.10.

MARTINS. Ecomuseu. TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural**, 1999.p.27

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. IN: Estudos Históricos, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1992. .p.2

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. IN: Estudos Históricos, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1989. p. 5-10-4

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Museu e educação: conceitos e métodos**. In. Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 307-323

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. **A preservação da memória enquanto instrumento da cidadania**. Cadernos de Museologia nº 3. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994. p.78

SOARES, André Luís Ramos (Org.).**Educação Patrimonial: Relatos e Experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.p.24.

VARINE, Hugues de. **A nova museologia: ficção ou realidade**. In. Museologia social. Porto Alegre. UE/Secretaria Municipal de Cultura. 2000. p.21-33.

Abstract

This article wants to discuss the importance of the heritage education to the conservation and democratization of the memory and of the patrimonial, and its political worth of these actions in the museums. This is a theoretical article and it wants to present, resumedly, how the memory and its preservation has social and political aspects about its conservation, destruction or forgetfulness. Our understanding about heritage education is included here too, surpassing the valorization of cultural possessions – of the influential people or not – for the ransom of the memories and individuals possessions, having by purpose the ransom of the historicity and the self esteem of the peoples and communities involved. In this way there is necessity of to see again the service of the traditional museum and change its fundamental function of the construction of the citizenship and cultural identity.

Keywords: Heritage Education, patrimonial, memory, museum.